

NOTA INTRODUTÓRIA: COMUNICAÇÃO E LIBERDADE

INTRODUCTORY NOTE: COMMUNICATION AND FREEDOM

Luís António Santos

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Liziane Guazina

Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

A consciência de que a liberdade é um valor supremo tem raízes profundas na história do pensamento filosófico e político. Não obstante, quer pela amplitude da ideia de um “agir livre”, desde o pensamento como forma de ação, quer pelo dinamismo próprio das sociedades, onde todos os dias novos desafios instabilizam o que já se julgava certo, continuam a ser inquietantes os termos em que se experimenta (ou não) a liberdade. No campo da comunicação, a assunção global (menos universal do que sugerem os Direitos Humanos, no entanto) do princípio de liberdade de expressão também não tem sido suficiente para garantir que os cenários de restrição estão ultrapassados.

O *ranking* da associação Repórteres Sem Fronteiras (ver <https://rsf.org/pt-br/ranking>) dá conta de realidades que são muito preocupantes em países onde a censura e os ataques a jornalistas (nalguns casos assassinados, noutros detidos ou alvo de violência) mantêm como horizonte baço o valor da liberdade de expressão. Se os números regularmente divulgados por organizações deste tipo são suficientemente alarmantes, não menos o são novas formas de limitação e novas vulnerabilidades que põem hoje em causa a plenitude deste princípio. Já não haverá dúvidas de que às bem-aventuranças das tecnologias da comunicação — que ampliaram o acesso à informação e democratizaram a produção de conteúdos — estão agora associados outros riscos e ameaças para as liberdades fundamentais de pensamento, opinião, criação, expressão e ação.

Os discursos de ódio, que se tornaram um tema crítico no contexto das redes sociais, são um dos domínios onde se discute como dilema ético o problema da liberdade de expressão (Gorenc, 2022). O mesmo acontece com o fenómeno da desinformação, em particular das *fake news*, um território onde parece haver um pouco mais de aceitabilidade à definição de limites à liberdade (Mathiesen, 2019). Recorrentemente identificado com o contexto dos média sociais (Shu et al., 2020), o problema da desinformação, que é reconhecido como uma ameaça à democracia (Iosifidis & Nicoli, 2021; Trottier et al., 2020), prende-se com o facto de já não corresponder a uma espécie de privação do direito a ser informado, mas antes a uma violação da liberdade pela perversão da informação veiculada.

Nos tempos de censura explícita ou nas geografias onde ainda se experimentam regimes de controlo formal da comunicação e dos fluxos de informação, o limite à liberdade decorre de estratégias de silenciamento, que se traduzem num “não se pode dizer”

ou na inibição da revelação. O que torna, porém, inquietante a sensação de que a liberdade continua a ser um valor frágil é agora menos a atividade censória assumida e mais o exercício de manobras de distorção, geração de ruído e subversão, inclusive como estratégia de comunicação política de autoridades públicas para influenciar a agenda pública, estimular a polarização e criar identificação com as audiências (Recuero, 2024). À subtil ação deliberada de enganar sob a aparência da verdade junta-se um conjunto de outros factos que contribuem para o estilhaçamento do pensamento livre e sugerem um regresso necessário à emblemática obra *Sobre a Liberdade*, de John Stuart Mill (1859/2023). O debate sobre a liberdade como princípio ético a partir do campo da comunicação supõe, então, compreender novas variáveis: (a) os graves constrangimentos económicos e a precariedade que afetam sobretudo as empresas jornalísticas, com efeitos óbvios no emagrecimento dos corpos redatoriais e, por conseguinte, uma crítica condenação à uniformização do pensamento, ou mesmo à extinção do pensamento; (b) o descomprometimento dos cidadãos, em muitas circunstâncias denunciando uma deficitária literacia mediática; (c) a emergência do populismo digital de cunho autoritário e o trânsito viral de informação; (d) a plataformização e a algoritmização das escolhas; e (e) a taxa de urgência aplicada a praticamente todas as atividades humanas, em condenação à ditadura do relógio.

A relação entre comunicação e liberdade tem sido entendida como um dos pilares fundamentais da vida democrática, da produção de conhecimento e da própria convivência social. É por essa razão que o fim das ditaduras — como a que vigorou em Portugal até 1974 (em muitos aspetos semelhante à que vigorou no Brasil até 1985) — tem um significado muito particular para o campo da comunicação e dos média. O fim do Estado Novo representou não só o fim da censura prévia, mas também o início do ensino superior do jornalismo e uma importante dinamização do mercado dos jornais e das rádios, primeiro, e da televisão quase 20 anos depois. A eliminação do lápis azul deu lugar a uma nova esperança para a expansão do pensamento, da criatividade e da crítica.

A implantação do regime democrático em Portugal abriu caminho para uma experiência de liberdade que completou em 2024 meio século de história. Revolucionária a muitos níveis, a mudança que se experimentou a partir de abril de 1974 teve um impacto particularmente expressivo no campo da comunicação. O panorama mediático transformou-se, para, finalmente, acompanhar as tendências de desenvolvimento promovidas pela tecnologia. Ao mesmo ritmo do chamado mundo desenvolvido, Portugal não é já, por isso, alheio às múltiplas dimensões em que a comunicação se constitui como espaço de disputa pela liberdade.

Organizado a pretexto das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal, este volume temático especial da *Comunicação e Sociedade* reúne oito textos que, a partir de diferentes geografias e sob diversos ângulos, põem em perspetiva a relação entre comunicação e liberdade. A abrir o dossiê, Marcio Martins Calli, Kátia Lerner e Fábio Castro Gouveia discutem as reconfigurações da práxis jornalística num ecossistema mediático em que intervêm novos atores sociais e digitais e funções algorítmicas. Com base em entrevistas a jornalistas de cinco regiões do Brasil, os autores

procuram compreender como se têm transformado as rotinas das redações, concluindo que os imperativos de tempo e a lógica de plataforma da informação têm motivado a renúncia do poder de autonomia dos jornalistas em termos de decisão editorial.

Focada na própria história do 25 de Abril, a abordagem de Helena Lima e Ana Isabel Reis reconstrói o papel da rádio na revolução, lembrando os momentos da madrugada de 1974 em que o Rádio Clube Português se tornou o posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Num texto em que recuperam os episódios que conduziram à rendição do Governo de Marcello Caetano, as investigadoras da Universidade do Porto assinalam que o carácter inovador do Rádio Clube Português na época, com emissão de noticiários de hora a hora, quer para Portugal continental quer para o Ultramar, terá contribuído para a escolha por esta emissora, que as forças do regime terão tentado silenciar várias vezes.

Também sobre as estratégias de comunicação durante uma revolução é o artigo de Leila Nachawati Rego, que analisou imagens de faixas e cartazes divulgados por ativistas de Kafranbel, uma cidade do norte da Síria. Considerando que estes elementos comunicativos se transformaram “numa ferramenta eficaz para narrar histórias e resistir durante a revolta síria” (p. 59), a autora — especialista em estudos de conflitos e dos média — lembra que “as mobilizações e os processos revolucionários que se desenrolaram na região foram impulsionados desde o início por uma forte aspiração à liberdade de expressão” (p. 50). Conclui, por outro lado, que “o recurso ao humor, à sátira e a referências globais demonstra um esforço estratégico para alcançar diversos públicos e destacar temas universais” (p. 60).

A propósito de um outro contexto político — o do Brasil, no período entre 2017 e 2022, que teve como presidentes Michel Temer, primeiro, na sequência do *impeachment* de Dilma Rousseff, e Jair Bolsonaro, depois —, um grupo de investigadores de Belo Horizonte procurou identificar mobilizações sociais pela liberdade de expressão artística. Tendo por referência “89 atos caracterizados como censura, tentativa de censura, intimidação de artistas ou repressão a expressões artísticas” (p. 71), Maiara Orlandini, Bruna Silveira de Oliveira, Marina Mesquita Camisasca e Fernanda Nalon Sanglard analisaram as manifestações de reação, que classificaram em quatro categorias: campanhas, protestos de rua, ações alternativas e *hashtags*. Não obstante o cenário político adverso, a sociedade brasileira evidenciou, segundo as autoras, uma capacidade de resistência favorecida pela popularização da internet, que oferece “oportunidades inovadoras”, como o “ativismo *hashtag*” (p. 81).

Numa análise ao sistema de média brasileiro, Ana Beatriz Lemos da Costa e Jairo Faria Guedes Coelho enfatizam a importância das liberdades de imprensa, de expressão e de opinião e identificam os fatores que as favorecem e os que as podem comprometer. Neste contexto, consideram que a implementação de mecanismos normativos e regulatórios tem o potencial de “promover um movimento expansor” das liberdades, ao mesmo tempo que “o aumento da concentração da propriedade e da coerção ideológica (...) geram um movimento retrator” (p. 102). Num texto em que regressam aos conceitos de *accountability*, transparência e participação, os autores colocam um acento particular nas questões de financiamento dos média, ao considerarem que “as formas como as

instituições de mídia são financiadas são um fator determinante para essa balança entre responsabilidades e capturas” (p. 102). Por isso, defendem que “o equilíbrio entre liberdade financeira e limites à exploração comercial é necessário para que as liberdades dos consumidores/cidadãos sejam minimamente respeitadas” (pp. 102–103).

O artigo “Plataformas Digitais Para a Política Participativa: Espaços de Diálogo Entre Cidadãos e Representantes Públicos” tem um enfoque especial na liberdade de participação na criação de conteúdos. A partir de uma análise exploratória de interações na plataforma digital Osoigo.com, “um portal online que promove a política participativa acessível ao público em geral” (p. 113), Elizabet Castellero-Ostio, Álvaro Serna-Ortega e Andrea Moreno-Cabanillas, da Universidade de Málaga, em Espanha, procuraram compreender as interações entre cidadãos e representantes públicos. Os resultados apontam para uma grande diversidade de questões dirigidas pelos cidadãos a políticos de todo o espectro ideológico, embora com evidência para formulações com uma tendência de esquerda. Com uma orientação particular para os temas sociais, as interpelações dos cidadãos também revelam um interesse por assuntos económicos. Já no que diz respeito às respostas dos políticos, o trabalho dos autores salienta uma propensão para a adoção de “um tom moderado, equilibrado e coerente” (p. 128).

Também sobre plataformas, mas numa perspetiva de regulação, o artigo de Marina Silva problematiza a atividade das *big tech*, ao mesmo tempo que atravessa os conceitos de economia da atenção e liberdade de expressão. Numa altura em que os algoritmos tomam decisões em nome dos utilizadores, num “ambiente caracterizado pela automação” (p. 140), percebe-se, diz a autora, que está em curso um “projeto de captura incansável da nossa atenção” (p. 141). A relação entre a maneira como se orienta a atenção e a maneira como nos expressamos, bem como o agravamento de fenómenos de desinformação, polarização e discurso de ódio, são para Marina Silva razões que justificam um entendimento segundo o qual, embora possa significar “traçar uma linha de liberdade de expressão” (p. 144), a regulação dos média digitais em estados democráticos é uma “condição inevitável para um funcionamento íntegro das plataformas” (p. 147).

Depois de artigos que focam a liberdade no exercício da criatividade, a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a liberdade de opinião e a liberdade de participação, no texto assinado por Lurdes Macedo, Nuno Bessa Moreira e Vanessa Ribeiro Rodrigues, a invocação que mais encontramos é a da liberdade de pensamento. Os autores debruçam-se sobre o itinerário literário e crítico de Jorge de Sena, “um intelectual proscrito pelo regime autocrático português” (p. 154), cujo pensamento não terá tido significativa expressão nos média. Mapeando os conteúdos “da autoria de, ou sobre, Sena, em vários média, durante um arco temporal de mais de 80 anos” (p. 154), o trabalho empírico desta abordagem sugere que os média terão criado “narrativas sobre Sena que pouco contribuem para o conhecimento acerca do seu itinerário intelectual, e ainda menos acerca do seu pensamento sobre a C(I)CPL [Comunidade (Inter) Cultural de Língua Portuguesa]” (p. 166).

A relação da comunicação com a liberdade tem matizes diversos que mobilizam referências de diferentes campos. Neste dossiê, cruzam-se contributos que convocam abordagens da história, dos estudos jornalísticos, da economia política dos média e dos

estudos dos média na sua relação com o estudo dos conflitos ou com os estudos literários. Muito longe, porém, de esgotarem os pretextos pelos quais a liberdade será sempre um tema sensível no domínio das ciências da comunicação e dos estudos sociais e humanísticos em geral, os artigos reunidos neste volume sinalizam pelo menos alguns dos pontos críticos que uma sociedade livre não deverá poder ignorar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Gorenc, N. (2022). Hate speech or free speech: An ethical dilemma? *International Review of Sociology*, 32, 413–425. <https://doi.org/10.1080/03906701.2022.2133406>
- Iosifidis, P., & Nicoli, N. (2020). *Digital democracy, social media and disinformation*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429318481>
- Mathiesen, K. (2019). Fake news and the limits of freedom of speech. In C. Fox & J. Saunders (Eds.), *Media ethics, free speech, and the requirements of democracy* (pp. 161–179). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203702444>
- Mill, J. S. (2023). *Sobre a liberdade* (P. S. Gomes, Trad.). Ideias de Ler. (Trabalho original publicado em 1859)
- Recuero, R. (2024). *A rede da desinformação: Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Editora Sulina.
- Shu, K., Wang, S., Lee, D., & Liu, H. (2020). *Disinformation, misinformation, and fake news in social media. Emerging research challenges and opportunities*. Springer.
- Trottier, D., Kloza, D., Kuzelewska, E., Terzis, G., & Konstantinou, I. (2021). *Disinformation and digital media as a challenge for democracy*. Intersentia.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Luís António Santos é professor associado do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, membro integrado e diretor-adjunto do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Os seus interesses de investigação incluem as mudanças que ocorrem no jornalismo, as novas plataformas de produção de conteúdos (nomeadamente, redes sociais), o serviço público de média e os estudos de som e rádio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7062-0307>

Email: lsantos@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho – Campus de Gualtar – 4710-057 Braga

Liziane Guazina é professora na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, pesquisadora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma universidade e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso. É coordenadora dos Grupos de Pesquisa Observatório do Populismo do Século XXI e Cultura, Mídia e Política, ambos certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberania Informacional. Os seus interesses de investigação incluem comunicação e política, jornalismo político, comunicação pública e comunicação e género.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-6918>

Email: lguazina@unb.br

Morada: Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte – Brasília-DF – CEP 70910-900



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.